



Liliane de Carvalho foi brutalmente assassinada na manhã de ontem, em Ceilândia, menos de 24 horas depois da morte de Vanessa Sousa, domingo, em Samambaia, completando 11 feminicídios neste ano no DF

Mortes para NÃO ESQUECER

» MILA FERREIRA
» CARLOS SILVA

A barbárie contra as mulheres fez duas vítimas no Distrito Federal em menos de 24 horas. Depois da morte de Vanessa da Conceição Sousa, 32 anos, na noite de domingo, em Samambaia, Liliane Cristina de Carvalho, 33, foi covardemente assassinada a facadas pelo ex-companheiro Rafael Moreira da Cruz, 34, na manhã de ontem, em Ceilândia. O autor deu o primeiro golpe na mulher enquanto ela tomava café da manhã. O casal tinha três filhos — de 8, 11 e 13 anos —, que estavam em casa no momento do crime e assistiram à fúria assassina do pai.

A criança de 11 anos levou uma facada na testa e foi hospitalizada, mas não corre risco de morte. Rafael se entregou na 23ª Delegacia de Polícia (Ceilândia). A arma usada, uma faca de aproximadamente 20 centímetros, foi encontrada num bueiro próximo à casa da vítima. Preso em flagrante, até o fechamento desta edição o autor não havia passado por audiência de custódia. Liliane foi a 11ª vítima de feminicídio em 2025 no Distrito Federal. Em 2024, ocorreram 22 casos no total e, em 2023, foram registrados 30 casos.

De acordo com o delegado-chefe da 23ª Delegacia de Polícia, Josué Magalhães, a Polícia Civil (PCDF) tomou conhecimento do crime por meio do próprio autor, que foi até o local e confessou o feminicídio. "Ao ser questionado pelos policiais sobre o que estava fazendo ali, ele disse: 'Acabei de matar minha esposa'. Os agentes foram à casa da vítima, onde já estavam a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros", relatou Magalhães. "Ele contou que tinha se separado da mulher havia um mês e soube que ela estava se relacionando com outra pessoa", completou. Ainda segundo o delega-

Arquivo pessoal



Material cedido ao Correio



Material cedido ao Correio



Vítimas e algozes: Liliane Cristina (E) foi assassinada pelo ex-companheiro Rafael Moreira (C); Silvoneide Torres (D) matou a companheira Vanessa Sousa

do, o autor tinha passagem pela polícia pelo crime de injúria e ameaça. A ocorrência foi registrada por Liliane em 2013.

Vítima em Samambaia

Assassinada a facadas no portão de casa no último domingo, em Samambaia, Vanessa da Conceição Sousa chegou a ser socorrida pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), com apoio do Corpo de Bombeiros (CBMDF), mas não resistiu aos ferimentos e morreu no local. O autor do crime é Silvoneide Carvalho de Torres, 32, companheiro da vítima. Com passagem pela polícia por violência doméstica, o criminoso fugiu, mas foi preso pela Polícia Militar (PMDF).

Para a delegada aposentada da PCDF e doutora em direito Eneida Taquary, o Brasil vive uma epidemia de feminicídios. "Esse é o crime mais grave do Código Penal, com penas de até 40 anos. Mas a legislação não tem barrado essa violência", observou. "Precisamos de políticas afirmativas que ve-

nham do Estado. Não adianta criar políticas penais e processuais penais para segurar a onda de feminicídios", acrescentou. "Países como o Chile e a Espanha aplicam protocolos de perspectiva de gênero para o acolhimento à mulher e medidas cautelares, como tornozeleira eletrônica em homens que já têm passagem por violência contra a mulher", finalizou.

Letícia Miranda, advogada atuante em direito cível e penal com perspectiva de gênero, lembra que o contexto no qual as agressões, os feminicídios e as tentativas de feminicídios ocorrem é o da cultura patriarcal, caracterizada de nossa sociedade. "Existe uma mentalidade predominante, ainda que inconsciente, de menor valorização da mulher e da vida dela, o que resulta na multiplicação e naturalização da violência de gênero. Uma solução definitiva requer uma mudança cultural e de mentalidade", argumentou. "Essa é uma frente que deve correr em paralelo, pois as violências devem cessar de imediato e proteção é palavra de ordem", concluiu.

Investimento

De 2020 a 2024, houve um aumento de 743% nos investimentos do Governo do Distrito Federal (GDF) na pauta feminina. O número de equipamentos públicos voltados ao acolhimento e atendimento das mulheres dobrou, passando de 14 para 30 unidades, fortalecendo a rede de enfrentamento à violência de gênero. Foram inaugurados seis Comitês de Proteção à Mulher, que funcionam como espaços de acolhimento e apoio às vítimas de violência e às mulheres em vulnerabilidade social, inclusive, nas sedes das Administrações Regionais e em feiras, promovendo busca ativa e proximidade com a comunidade.

Com investimento de cerca de R\$ 8,8 milhões, neste mês foram inaugurados quatro Centros de Referência da Mulher Brasileira (CRMB), localizados no Recanto das Emas, São Sebastião, Sol Nascente e Sobradinho II.

Aproximadamente 1.100 pessoas são acompanhadas pelos

programas de monitoramento e atendimento prioritário da Secretaria de Segurança Pública (SSP-DF), que incluem vítimas e agressores monitorados em tempo real, por meio do Dispositivo de Proteção à Pessoa (DPP) e por meio do programa Viva-Flor, que realiza o monitoramento após o acionamento pela vítima e funciona via aplicativo para acionamento prioritário do Centro de Operações da Polícia Militar (Copol Mulher).

Desde 2018, mais de 3.600 pessoas foram assistidas pela secretaria e, desde 2021, foram efetuadas mais de cem prisões de agressores monitorados pelos programas da SSP/DF por violação das medidas protetivas destinadas a vítimas assistidas pelo DPP e Viva-Flor.

A SSP-DF destaca que os crimes de violência contra a mulher ocorrem, em grande parte, nas casas, em ambientes familiares. Portanto, o principal mecanismo para que os órgãos de segurança pública possam elaborar estratégias de atuação preventiva é a denúncia (**veja Onde pedir ajuda**).

Onde pedir ajuda

» **Ligue 190:** Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF). Uma viatura é enviada imediatamente até o local. Serviço disponível 24h por dia, todos os dias. Ligação gratuita.

» **Ligue 197:** Polícia Civil do DF (PCDF). E-mail: denuncia197@pcdf.df.gov.br WhatsApp: (61) 98626-1197 Site: www.pcdf.df.gov.br/servicos/197/violencia-contra-mulher

» **Ligue 180:** Central de Atendimento à Mulher, canal da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres. Serviço registra e encaminha denúncias de violência contra a mulher aos órgãos competentes, além de reclamações, sugestões e elogios sobre o funcionamento dos serviços de atendimento. A denúncia pode ser feita de forma anônima, 24h por dia, todos os dias. Ligação gratuita.

» **Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher (Deam):** funcionamento 24 horas por dia, todos os dias. **Deam 1:** previne, reprime e investiga os crimes praticados contra a mulher em todo o DF, à exceção de Ceilândia. Endereço: EQS 204/205, Asa Sul. Telefones: 3207-6172 / 3207-6195 / 98362-5673 E-mail: deam_sa@pcdf.df.gov.br **Deam 2:** previne, reprime e investiga crimes contra a mulher praticados em Ceilândia. Endereço: St. M QNM 2, Ceilândia. Telefones: 3207-7391 / 3207-7408 / 3207-7438

Outras vítimas da barbárie

Material cedido ao Correio



5 de janeiro:
Ana Moura Virtuoso,
Estrutural

Cedida ao Correio



15 de janeiro:
Elaine da Silva,
Planaltina

Reprodução redes sociais



22 de fevereiro:
Géssica Moreira de Sousa,
Planaltina

Reprodução/Redes sociais



26 de fevereiro:
Ana Rosa Brandão,
Cruzeiro

Reprodução/Redes sociais



29 de março:
Dayane Barbosa,
Fercal

Material cedido ao Correio



31 de março:
Maria José Ferreira,
Recanto das Emas

Reprodução



4 de abril:
Marcela Rocha Alencar,
Paranoá



9 de abril: Danúbia
Manguera de Santana,
Park Way



19 de abril: Valdete Silva
Barros, Sol Nascente

ARTIGO

» KÁTIA RUBINSTEIN TAVARES, advogada criminalista e doutora em direito penal

Uma luta coletiva

A violência contra a mulher é uma questão cultural, um problema contemporâneo, mas, na verdade, bem antigo. O machismo, há séculos, é essa forma de organizar poder por meio das diferenciações de gênero, nas

mais variadas formas de interações sociais, sobretudo, a familiar. Nele, são exercidos papéis sociais para subalternizar o feminino em razão de uma predominância masculina. A cultura é um instrumento fundamental na manutenção de determinadas práticas de violências contra as mulheres, tendo em vista a reunião de costumes e ideias circulantes na sociedade. Consequentemente, suscitam desafios que excedem até o direito,

complexificando o debate à medida que necessita de uma abordagem multifocal.

O Estado precisa desenvolver e ampliar as políticas públicas de enfrentamento, no campo preventivo e até mesmo após os casos. Contudo, não basta apenas alargar as fronteiras do punitivismo, como fez a Lei Maria da Penha, criando tipos penais novos, ou asseverando penas, se as ideias em torno do que é ser mulher para os homens não for

destituída da noção de propriedade deles. O entendimento de que esse é um problema cultural precede a necessidade da formulação de políticas públicas na educação desde o ciclo básico, que ressalte desde sempre a autonomia e a liberdade femininas. Tem a ver com ensinar crianças e adolescentes que a mulher pode ser e estar no mundo como quiser, e sem dono, ainda que esteja casada, a fim de que sejam adultos melhores.

Uma outra possibilidade, entrelaçados o Estado e a sociedade civil, é a consolidação e a capilarização da Justiça Restaurativa para problemas de menor complexidade decorrentes do machismo. Isso se torna relevante, pois pode interromper ciclo de violência de gênero, muitas vezes resultante no feminicídio. A solução de conflitos que afastem a punição, ao mesmo tempo que responsabiliza não somente o agente, mas toda a

comunidade envolta no enfrentamento da questão, é uma eficaz maneira de conscientização dos participantes.

É preciso que, primeiramente, o gênero seja entendido como uma questão de poder, consolidado nos estereótipos do que se é, ou pode fazer, para homens e mulheres. A partir dessa noção, é possível se organizar, dentro e fora do Estado, como na advocacia, para compreender seus desdobramentos.